

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MAURI TORRES CONSELHEIRO
RELATOR DA PRIMEIRA CÂMARA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Processo nº 1012262

REPRESENTAÇÃO

REPRESENTADO: José Tarciso Raymundo, Prefeito Municipal de Ibityúra de Minas à época dos fatos.

REPRESENTANTES: Rodrigo Rodrigues de Souza, Ademir Carlos de Carvalho e Amarin Israel da Silva (vereadores).

JOSÉ TARCISIO RAYMUNDO, brasileiro, casado, motorista, portador do R.G. nº 10.954.568 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 963.991.808-30, residente e domiciliado no Sítio Ponte Nova ou Terra Nativa, Ibityúra de Minas/MG, CEP 37.790-000, Prefeito Municipal à época dos fatos apurados na presente representação, em atenção ao r. despacho de Id. 2368117, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, requerer a juntada da documentação em anexo, bem como, demonstrar que todos os valores apontados na presente representação apresentam-se em plena consonância os preços de mercado, e ainda, a plena e total execução de todos os serviços contratados.

Assim, reitera pelo acolhimento das justificativas apresentadas, com o consequente arquivamento da presente representação pelas seguintes razões expostas:



DO CONVÊNIO FIRMADO E DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

Conforme já abordado em outros momentos do presente feito, em 02 de janeiro de 2013, o Município de Ibitiúra de Minas, na pessoa do representado, Prefeito Municipal à época, firmou convênio junto a AMARP – Associação do Município da Microrregião do Alto Rio Pardo com vigência até 31 de dezembro de 2016, conforme fls 52/57.

Parte de tal convênio foi estabelecida a “manutenção e conservação de vias públicas e estradas municipais, com emprego de técnicas e equipamentos modernos, sempre com preço inferior ao praticado no mercado”, conforme cláusula primeira, inciso I do contrato de fls. 52/57.

O convênio firmado junto a AMARP tem como fundamento convênios anteriores, firmados pelo município de Ibitiúra de Minas junto a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP e a Minas Gerais Participações S.A. – MGI, quais geraram a disponibilização de recursos para a contratação realizada.

Importa destacar que, conforme fls. 72/93, 161/181 e 261/278, já foi definido nos convênios junto a SETOP e MGI que os serviços descritos na Cláusula Primeira do contrato de convênio, “Melhoramento de Vias Públicas, conforme Plano de Trabalho”, seriam executados pela AMARP. Tanto que os planos de trabalhos dos convênios trazem nos respectivos cronogramas de execução as seguintes metas:

Convênio nº 101/2014 – Fls. 274:

“Melhoramento de vias públicas com execução de obras de infraestrutura em conformidade com projeto, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro parte integrante do convênio”

Convênio nº 244/2014 – fls. 88:

“Melhoramento de Vias Públicas com execução de pavimentação em Micro Revestimento asfáltico com utilização da Usina Móvel da

AMARP e rede de drenagem pluvial, em conformidade com a planilha e projeto”

Convênio nº 290/2014 – Fls. 176:

“Melhoramento de Vias Públicas com execução de pavimentação em Micro Revestimento asfáltico com utilização da Usina Móvel da AMARP e rede de drenagem pluvial, em conformidade com a planilha e projeto”

Prevendo os convênios a execução do plano de trabalho por parte da AMARP a Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas realizou procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme toda a documentação já juntada.

Tal medida foi adotada pela previsão expressa nos convênios anteriores da execução pela AMARP, bem como, do procedimento adotado por outros municípios que compõem o quadro social da referida associação.

De fato, a AMARP a época se constituía como uma associação de municípios, evoluindo posteriormente sua classificação legal para um consórcio público.

Nesse sentido, este Tribunal de Contas tem entendimento firmado no sentido de que associações de municípios equiparam-se a consórcios, conforme, por exemplo a consulta nº 731.118.

Entendimento este que reconhece que as associações de municípios possuem em seu escopo a realização de atividades e metas de interesse comum de seus municípios associados, possibilitando a execução de tais atividades nos moldes dos regramentos legais pertinentes aos consórcios públicos.

Não obstante, a própria lei nº 11.107/2005 que disciplina as normas gerais de contratações de consórcios públicos e, logicamente, equiparável as associações

Raymundo

de municípios, prevê em seu Art. 2º, § 1º, inciso III a contratação de consórcio sem licitação.

Por tais motivos, sendo a forma de contratação autorizada em lei e ainda, já prevista nos convênios junto a SETOP e MGI, o Município de Ibitiúra de Minas e consequentemente o representado, Prefeito Municipal, adotaram todos os preceitos pertinentes à contratação.

Tanto é assim, que a modalidade é amplamente realizada pelos outros municípios associados e todos os procedimentos realizados foram devidamente revisados e autorizados por todo o corpo técnico da municipalidade, inclusive pelo assessor jurídico municipal, conforme atestam os procedimentos já juntados aos autos

Em vista disso, resta evidente a inocorrência de qualquer ilícito que justifique a presente representação, devendo a mesma ser julgada improcedente, o que desde já se requer.

DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Em sua última manifestação de fls. 993/1.007 a respeitável Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia deste egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais vislumbra pagamento a maior em torno de R\$ 294.336,00 (duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais) pela execução dos referidos convênios.

Em que pese todo o esmero e o elevado grau técnico dos servidores da referida coordenadoria, tal pagamento a maior não procede, havendo claro equívoco de interpretação por parte dos técnicos do tribunal.

Isto porque, toda a manifestação da Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia foi elaborada em contraposição ao “Parecer Técnico Pericial” elaborado pelo Engenheiro Alexandre Lacerda – CREA-DF 8252/D e não à integralidade dos documentos apresentados.



Em que pese o esmero técnico do referido parecer e ainda, que este tenha sido elaborado e juntado pelo próprio representado, tal documento não pode representar, por si só, a plena e total elucidação dos fatos trazidos na presente representação, isto porque, trata-se de documento produzido *a posteriori* dos serviços realizados.

Nesse sentido, não se trata de afastar por completo ou mesmo questionar a lisura do parecer, visto que, como já dito, foi apresentado pelo próprio representado; mas sim, de proceder uma análise holística de todo o feito, pautando-se não só no laudo, mas em toda a documentação até aqui juntada.

Destacamos que, conforme questiona a Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia as fls. 977 o parecer trouxe como descrição de serviços a utilização de asfalto pré misturado a frio (PMF), serviço não descrito no objeto dos convênios, nem mesmo nos memoriais descritivos.

Nessa rota, o Relatório Técnico fornecido pela própria AMARP, fls. 897, que acompanha o parecer, descreve o serviço da seguinte forma:

“(...) execução de recapeamento asfáltico, utilizando o asfalto pré misturado à frio com emulsão SBS, o que é aplicado por esta associação (...)”

Percebe-se nesse ponto que o ilustre parecerista pode ter se confundido, ou mesmo induzido a erro pelo uso do termo asfalto pré misturado à frio, entretanto, a própria associação informa o uso de emulsão modificada por polímero SBS, destacando que este é a única emulsão aplicada pela associação.

Enfatizamos assim, que em que pese a menção ao asfalto pré misturado à frio no Laudo Pericial, deveras todo o serviço foi realizado com emulsão modificada por polímero SBS e não por PMF.

Conforme se sabe, a emulsão modificada por polímero SBS é uma evolução das emulsões asfálticas comuns, como por exemplo a PMF, na qual há adição



de polímeros que modificam a estrutura da emulsão, o que resulta em uma cobertura asfáltica mais maleável e de melhor qualidade e durabilidade. Naturalmente, tal emulsão também apresenta preço mais elevado que as emulsões “comuns”.

Sendo assim, o serviço foi prestado nos moldes exatos trazidos pelos convênios firmados, utilizando-se de materiais de elevada qualidade e em preço compatível com o mercado.

Isto porque, a não utilização de asfalto pré misturado a frio (PMF) não conduz necessariamente ao sobre preço, como aponta a Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, visto que esta mais uma vez se ateve as disposições do laudo pericial sem corretamente observar os documentos que a baseiam.

A própria AMARP apresentou documentos as fls. 898/907 no qual detalha e comprova absolutamente todos os serviços prestados e todos os elementos e materiais utilizados para correta definição dos preços.

Observando-se a tabela de fls. 898, nota-se a correta descrição de todos os materiais e mão de obra utilizada, sendo claro o valor de R\$ 16.00/m² pela totalidade dos serviços. Igualmente, a tabela de fl. 903 também detalha os materiais utilizados e chega ao valor de R\$ 12,26/m², variação comum e esperada frente a natureza dos materiais.

Assim, somando-se todos os trabalhos realizados pelos convênios, bem como, as oscilações naturais de mercado, o valor unitário de R\$ 17,59/m² em média, é plenamente compatível com os materiais utilizados e o serviço prestado, sem a indicação de qualquer sobre preço

Importa aqui destacar outra infeliz e equivocada interpretação por parte da Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, isto porque, essa se vale de tabela do DEER MG para indicar variação de preço entre R\$ 2,85 a R\$3,35 o m² para o preço total de asfaltamento por emulsão modificada por polímero SBS.

Hora excelência, valores tão diminutos demonstram por si só a interpretação equivocada, não sendo possível supor que um metro quadrado de asfalto realizado seria tão barato, isto é, abaixo de míseros três reais.

Raymundo.

De fato, tal valor se refere apenas a mão de obra da aplicação da emulsão por metro quadrado, e não ao trabalho como um todo.

Feita tal consideração, percebe-se pelas tabelas de fls. 898 e 903 que em ambos os casos a AMARP cobrou R\$ 2,70 por m², preço inferior a tabela do DEER MG

Por tais motivos resta evidentes os equívocos cometidos pelo parecerista e pela Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, sendo claro que não houve aplicação de asfalto pré misturado a frio (PMF) mas sim de emulsão modificada por polímero SBS em todo o trabalho realizado.

Resta claro ainda que a informação de sobre preço também não se sustenta, tendo a própria AMARP apresentado documentação que descreve toda a composição dos preços dos serviços, estando estes em plena consonância com os valores de mercado.

Consequentemente ao exposto, diante da não ocorrência de sobre preço, faz-se necessária a improcedência da presente representação.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não bastassem os apontamentos anteriores, quais por si só já elucidam a totalidade dos serviços realizados, bem como, seu preço em plena consonância com valores de mercado, conforme documentação de fls. 350/760, todos os serviços foram devidamente acompanhados e auditados e tiveram as contas prestadas à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP e a Minas Gerais Participações S.A. – MGI.

Assim, não foram apontadas por qualquer dos órgãos estaduais o sobre preço informado pela ou qualquer outra mácula quanto aos convênios

Fruto da ausência de irregularidades ou qualquer sobre preços, as prestações de contas dos convênios foram legitimamente aprovadas sem ressalvas.



Ora excelência, em que pese o próprio sistema legal prever a existência de múltiplas instâncias de controle e fiscalização, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP e a Minas Gerais Participações S.A. – MGI apresentam-se como as entidades diretamente envolvidas nos fatos aqui tratados e as investidoras diretas do recurso utilizado, sendo certo o zelo e a fiscalização que estas exerceram e o corpo técnico competente para tal que estas dispunham.

Assim, sendo as contas aprovadas sem ressalvas, percebe-se mais uma vez a correta e justa observação por parte do representado de todo o ordenamento jurídico, e mais importante, a correta realização dos serviços com preços e condições totalmente compatíveis com os de mercado.

DA INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO

Por tudo até aqui apontado, resta evidente a inexistência de qualquer sobre preço ou qualquer outra medida que represente dano ao erário público.

Isto porque já foram juntados aos autos uma série de documentos que atestam, para além de qualquer dúvida, a plena e total consonância entre os preços praticados e preços de mercado. Vejamos:

As fls. 58/62 as Tabelas SINAPI e SETOP atestam os valores médios praticados pelo mercado e seguidos em todo o serviço realizado;

As fls. 350/760, as prestações de contas aprovadas mostram que em momento algum foi apontado pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP ou pela Minas Gerais Participações S.A. – MGI qualquer irregularidade ou sobre preço;

As fls. 873/895 o Parecer elaborado pelo Engenheiro informa categoricamente que todos os preços praticados encontram-se dentro dos valores praticados no mercado;



E ainda, as tabelas de fls. 898 e 903 fornecidas pela própria AMARP indicam a correta composição do preço praticado e sua total consonância aos preços de mercados;

Todos os citados documentos evidenciam a inexistência de qualquer dano ao erário, indo, invariavelmente, todos na mesma posição de reconhecer a lisura do processo como um todo e os preços praticados de acordo com as variações normais do mercado.

Desta forma, frente a inexistência de dano, plenamente reafirmada ao longo do feito, perfaz como medida salutar a improcedência da representação.

DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, requer:

A juntada da documentação que acompanha a presente defesa;

Que ao final, seja a presente representação julgada totalmente improcedente, com seu consequente arquivamento.

Alternativamente, sendo apurada qualquer suposta irregularidade, hipótese que se admite apenas por amor ao debate, que sejam corretamente observados os princípios da insignificância e da razoabilidade já externados em defesas anteriores, com a improcedência da representação e seu consequente arquivamento.

Termos em que

pede deferimento.



Ibitiúra de Minas, 02 de julho de 2021.


JOSÉ TARCISO RAYMUNDO